

ANEXO VI**ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER – REALIZADA NOS DIAS 04 E 05 DE SETEMBRO DE 2012****“Proposta de participação social no monitoramento e avaliação no Plano Mais Brasil, do PPA.”****Leopoldo Vieira**

(Assessor da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento)

Daniel Avelino

(Diretor Substituto da Participação Social da Presidência da República)

Leopoldo Vieira - A nossa proposta de participação social no monitoramento e avaliação no Plano Mais Brasil, do PPA, a gente está fazendo em cooperação com a Secretaria Geral da Presidência, especificamente com a diretoria de Articulação Social. Ela é uma proposta introdutória para o debate. A nossa intenção é pactuá-la com os conjuntos dos Conselhos, especificamente das representações da sociedade civil, dos conselhos do Governo Federal, em novembro. É uma proposta para a gente também ouvir retornos, propostas de melhora. Eu tenho uma introdução a fazer.

A gente elaborou essa proposta baseada em duas premissas que a gente está construindo dentro da Secretaria de Investimentos Estratégicos. Uma ideia de que país desenvolvido é um país que promove e realiza direitos humanos e que a realização e promoção de direitos humanos têm que ser de preferência a expressão da participação social nas escolhas estratégicas de governo. Então, esse é o fundamento desse processo social, no PPA, no monitoramento do PPA. A ideia é que a gente possa trazer à sociedade, mas não como uma simples prestação de contas, mas que se possa fazer com que efetivamente a sociedade através dos Conselhos consiga incidir na programação do PPA, inclusive se for necessário, discutir metas, objetivos, agregar novos indicadores e redimensionar a própria execução do Plano.

Nós também acreditamos que o planejamento público tem que ser essencialmente democrático e para isso tem que escutar a sociedade. Então a proposta que a gente pactuou com a Secretaria Geral e a gente vem conversando com os secretários executivos, diversos conselhos, e agora a gente entra numa excelente rodada que é conseguir conversar com as comissões de acompanhamento e com os próprios plenos dos Conselhos, partir do Fórum Inter Conselhos com uma institucionalidade primeira para participação social no monitoramento. O fórum InterConselhos foi uma articulação surgida no passado, em 2011, que foi protagonista inclusive do processo de participação social do PPA e de outras formas de articulação da sociedade civil/governo. Reúne como vocês devem saber representações da sociedade civil, dos

diversos Conselhos de governo. Então, o fórum seria essa institucionalidade primeira e faria reuniões semestrais, que também coincide com o nosso ciclo de monitoramento. O foco do monitoramento seriam as agendas transversais, um documento que produzimos no ano passado, que recorda toda programação do PPA, os 605 programas temáticos, com olhar de gênero, de raça, de etnia, sobre a questão das pessoas com deficiência, jovens, crianças e adolescentes, idosos, povos indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais.

A gente quer enxergar como esses grupos sociais minorais, historicamente oprimidas, maiorias sociais, regra geral, também oprimidas, como elas se enxergam dentro do projeto de desenvolvimento e como elas qualificam o projeto de desenvolvimento. Então, a gente vai produzir, semestralmente, o relatório das agendas transversais. Dependendo da dinâmica, a gente pode repactuar essa periodicidade, mas a priori é essa a proposta e apresentar ao Fórum Inter Conselhos.

Nós estamos inclusive, conversando, no sentido de dar aos Conselhos que estão no centro das agendas transversais uma representatividade mais expressiva dentro da composição do fórum. E no interregno de uma reunião a outra do fórum, haveria três processos: um, é uma construção de uma rede social virtual para que os conselheiros possam interagir sobre os relatórios apresentados, e no final apresentar uma opinião global de conjunto dos conselheiros de todos os Conselhos das agendas transversais e dos demais Conselhos, registrando, sobre o relatório apresentado; que as comissões de Conselho, específicas de acompanhamento ou de orçamento, que a gente de ante mão já reivindica que se coloque o P antes do orçamento porque a gente faz questão de discutir, contribuir para libertar um pouco a agenda pública da excessiva hegemonia fiscalista predominante, nos anos noventa; trazer a sociedade para discutir a dimensão estratégica do planejamento, do próprio Plano Mais Brasil, dos desafios do planejamento como método do desenvolvimento, e daí por diante.

Outra etapa seria essas reuniões das comissões, para discutir aí, no caso, com a sua dinâmica, com a sua agenda própria os relatórios que dizem respeito ao Conselho em questão. E a gente está vendo também uma hipótese de fazer uma reunião nesse ínterim, dessas comissões de acompanhamento para da mesma forma interagir e produzir uma opinião global sobre o relatório. E na volta, a partir do segundo Fórum Inter Conselhos, a gente já pretende incorporar as recomendações da sociedade civil no próprio relatório a ser entregue para ela, ou seja, onde a gente vai dar efetividade da incidência da opinião da sociedade civil sobre a programação em si, sobre o monitoramento.

Por fora disso, nós vamos recomendar aos demais órgãos setoriais, MEC, Ministério da Saúde e etc. que inclusive, antes de nos passar os seus próprios relatórios, conversem, dialoguem com os seus respectivos Conselhos e vamos convidar o CONSEA e o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social para um monitoramento piloto. O CONSEA, claro, na política de segurança alimentar, no programa de segurança alimentar e o CDS sobre o Projeto de desenvolvimento e os macros desafios enunciados pelo PPA. Enfim, ao cabo, a gente quer medir mais do que o absoluto necessário de objetivos e metas e naquilo que tem vinculação com

orçamento. O impacto numérico estatístico da programação do PPA, mas principalmente como agente da programação dentro da Política Universal, como consegue vislumbrar efetivação de direitos dentro da Política Pública. Então, isso é em resumo a nossa proposta. A ideia de que o Fórum Inter Conselhos aconteça agora, na primeira semana de novembro, e vai ser um Fórum para a gente pactuar, dentre outras coisas, isso. Pactuar se essa proposta cabe no que a gente pode avançar e melhorar. Mas a nossa intenção é abrir uma razoável interessante conexão entre a participação social e seus diversos mecanismos de construção de políticas interativas com o governo, com questões que a gente considera ser expressões dessas escolhas estratégicas de governo que é o PPA, LDO e a LOA.

Daniel Avelino - Bom dia a todas. Eu sou Daniel Avelino, atualmente diretor substituto da participação social da Presidência da República. A Secretaria Geral da Presidência, que vocês já devem conhecer, é o Órgão, hoje responsável pelas políticas de governo com interface com a sociedade civil, especificamente na minha área, com os espaços de participação social, o que inclui os Conselhos Nacionais, as Conferências Nacionais, consultas públicas, audiências públicas.

Então, a gente tem uma interação muito forte, a gente tem um interesse muito forte na atuação de vocês, na maneira como o Conselho se organiza, na maneira como o Conselho dá efetividade as suas deliberações e tem vários assuntos que a gente tem interesse também de comentar, de conversar com vocês. Isso daí é para reforçar para vocês que a Secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República está à disposição desse Conselho para promover o debate e incrementar esses espaços. A estratégia de monitoramento do PPA é uma continuação, é o resultado natural daqueles debates que foram promovidos no ano passado, em 2011, durante a elaboração do Plano Plurianual. Vários Conselhos forma reunidos em duas edições do Fórum Inter Conselhos, a primeira em maio e a segunda aconteceu em outubro.

Esse Conselho dos Direitos da Mulher foi bem representado nessas duas edições e uma das propostas que foi pautada pelas pessoas que lá estavam representando os interesses dos seus Conselhos e das suas entidades foi de que o processo não fosse um processo esporádico, mas que ele tivesse continuidade ao longo da vigência do PPA e esse é o grande motivo, esse é o grande móvel dessa proposta que o Leopoldo e a SPI, a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento traz para que a gente possa discutir, debater com vocês.

O Fórum Inter Conselhos vai ser chamado novamente. A nossa previsão de data é nos dias 07, 08 e 09 de novembro. É a reserva que a gente tem, inclusive na agenda dos ministros. Fica aqui um convite também especial para a Secretaria de Política para as Mulheres que acompanha este processo. Esse próximo Fórum Inter Conselhos, que deve acontecer em novembro, está com o formato um pouco diferente dos outros dois que foram realizados no ano passado. Além do momento deliberativo, como Leopoldo bem colocou, envolve a pactuação com os Conselhos sobre a estratégia do monitoramento do PPA. Nós introduzimos também nos dois primeiros dias que antecedem o Fórum, os dias 07 e 08 de novembro, um momento formativo, porque entendemos, nós da Secretaria Geral da Presidência e do Ministério do Planejamento

que essa estratégia de formação, o componente educacional também deve fazer parte da construção de um modelo de monitoramento e que não dá para presumirmos de partida que todos os Conselhos, todos os representantes de Conselhos e todas as pessoas que vão ser envolvidas nesse monitoramento já tenham plena noção das especificidades técnicas que envolvem essa atividade. No ano passado, o PPA que foi elaborado, 2012/2015, trouxe várias inovações, inclusive inovações conceituais, inclusive inovações do ponto de vista da estrutura do PPA.

E como Leopoldo bem colocou, é uma tentativa da gente resgatar a função de planejamento público dentro da administração. Então o PPA se revela, a partir de 2012, como um instrumento que tenta promover também essa cultura do planejamento público dentro da administração. É por isso que nós lá da Secretaria Geral temos dado esse destaque principalmente a essa peça, o PPA para a gente fazer esse diálogo com a sociedade. E por conta disso, a gente entende também que isso seja bem sucedido e a gente precisa de um lado a motivação, da mobilização, do engajamento dos Conselhos e também das suas subcomissões que fazem o acompanhamento dessas peças das Câmaras Técnicas, no caso aqui, do Conselho dos Direitos da Mulher.

Precisamos do engajamento dos Conselhos dessas Câmaras Técnicas assumirem essa função de monitoramento. E por outro lado, a gente precisa também garantir condições para que isso aconteça, e uma dessas condições é a parte de intercâmbio de conhecimento dessa parte formativa e informativa que a gente vai realizar nesse terceiro Fórum Inter Conselhos, em parceria com a INAP, a Escola Nacional de Administração Pública, na forma de um mini curso de participação social, planejamento público e orçamento público para todos aqueles que forem participar desse 3º Fórum.

A gente tem outras atividades de formação que a gente está conduzindo pela Secretaria Geral da Presidência da República, que em outro momento se pode conversar sobre elas, mas sempre nessa perspectiva, além dos Conselhos assumirem essa função de protagonista na estratégia de monitoramento, a gente também entende que se precisam fazer condições de exercer esse monitoramento. Para não me alongar muito, era isso que eu queria colocar para vocês. Fico à disposição para debate e agradeço muito este convite. Obrigado.

Perguntas:

1. Como é que essa participação social, nesse monitoramento, que acho fundamental, se dá com o SIOP? (Ministra Eleonora)

Bom, O SIOP é o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento e por meio do SIOP é que a gente elaborou o PPA e também os orçamentos anuais. Existe um módulo de monitoramento em que todos os órgãos vão entrar com as informações sobre seus objetivos e metas, e paralelamente a Secretaria de Orçamento Federal está preparando um módulo para a execução física e financeira das ações. Mas a ideia do monitoramento da sociedade civil é por meio das agendas transversais.

Então, dentro do SIOP tem um módulo que foi elaborado para a gente colocar as agendas transversais, que foi um exercício que o Ministério do Planejamento fez no ano passado, logo depois que ficou pronto o Projeto de Lei do PPA. Nós fizemos um mergulho no Projeto de Lei e tentamos selecionar todos os objetivos e metas que tinham a ver com determinada política. Foi feita a agenda transversal de Política para Mulheres, que inclusive foi distribuída durante a Conferência. A ideia agora é atualizar essa agenda transversal, tendo em vista que a lei sofreu algumas alterações. No sistema já está atualizado, mas é possível agregar mais objetivo, ou meta, ou iniciativa que a Secretaria de Política para Mulheres achar relevante, ou que o Conselho achar relevante que precisa ser colocado. A ideia do Fórum Inter Conselhos, então, é que o Conselho monitore essa agenda transversal. Então os ministérios vão entrar com as informações no módulo de monitoramento do PPA. E, depois a gente vai tirar um relatório daquilo que está na agenda transversal e que está no PPA e puxar informações que os órgãos todos colocaram, não só da SPM, mas todos os programas. É essa a ideia.

Participante não identificada

_ Por mais que a gente participe a gente ainda não detém claramente os mecanismos colocados hoje, para conseguirmos monitorar o PPA. Isso precisa ser repassado não só para os Conselhos, as Câmaras Técnicas, mas para a sociedade civil como um todo, porque eu acho que vêm causando alguns estresses, para a gente conseguir visualizar o orçamento, onde que ele está colocado dentro dos Planos. Isso que ainda nós não detemos esse mecanismo para poder nos interarmos melhor e exercermos o nosso papel. Então, eu gostaria que vocês conhecessem um pouco mais este instrumento.

Lúcia Rincon (União Brasileira de Mulheres)

Rosário, eu estou tentando visualizar, porque talvez visualizando ajudasse. Você disse: "Houve um mergulho no PPA". Isso foi em 2011, o PPA que seria proposto para 2012, ou que já estava aprovado 2012/2015. A partir do mergulho, já no PPA, ou seja, já com todas as previsões do que fazer dos orçamentos, vocês retiraram tematicamente, gênero, raça, com esse recorte particularizado. É isso, segmentado também? Ok. Só para eu terminar o raciocínio. Isso seria como um instrumento para o caso nosso, que nós temos um comitê, não só uma Câmara de monitoramento do Conselho, mas nós temos na Secretaria um Comitê de Monitoramento. Não sei se é realidade também nos outros ministérios. O Comitê de Monitoramento teria isso como um dos instrumentos primeiros para se debruçar na hora de avaliar, de fazer as prioridades. É isso.

Maria das Dores Almeida (Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras)

_ Maria das Dores Almeida, Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras. Como o próprio governo tem dito o que foi colocado aqui, que é possível se fazer o monitoramento através dessas ações transversais que foram aglutinadas para

2000/2003. Essa é uma questão. A outra questão é o debate que tem sido trazido pela sociedade civil, que com o veto da Presidenta Dilma na publicização dos planos orçamentários, não é possível fazer esse controle social, como tem sido colocado. Então, o que a gente tem visto? Que do ponto de vista da sociedade civil não há garantia nenhuma de que ela possa fazer esse controle da forma como tem sido apresentado e que sim, esses gastos facilitam o controle do Estado, o gasto do Estado, não o controle social e a transparência. Eu acho que essa é uma questão que a gente deveria debater porque essa tem sido uma análise de organizações históricas que trabalham na questão do orçamento. Este é um debate que está posto aí e esta é uma questão que eu acho que o CDM deveria tratar.

Vera Machado

_ Eu também estou impressionada com a competência desses jovens, o talento, o domínio dessas ferramentas que para mim continuam um obstáculo epistemológico. Em função disso, vou fazer uma pergunta muito básica. Será que existe um fluxograma de toda essa dinâmica que envolve esses planos todos, PPA, LDO, LOA, para que gente como a gente, normal, possa começar a se apropriar efetivamente dessa sopinha de letras, que foi discutido aqui e que realmente, a cada momento eu me enrolo. Quando eu penso que estou entendendo, começo a me enrolar. Existe isso? Um fluxograma, uma coisa que diga isso conversa com isso, isso com isso, um mapinha com o qual eu vou andar toda vez que precisar.

Maria do Rosário

_ Existe uma publicação da SOF chamado "Orçamento Para Todos" que está lá disponível, na página da SOF, que a Secretaria de Orçamento Federal, que tem um linguajar mais acessível, não tão técnico. Eu acho interessante.

Leopoldo Vieira (Assessor da Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento)

_ Então, gente. Sobre a pergunta da Vera, ela tem muito a ver sobre a colocação, sobre a questão plano/orçamento. Eu vou deixar a questão dos vetos da Presidenta ao Daniel porque ele está mais envolvido nesta questão. O nosso esforço nisso é trazer o conjunto da sociedade a pensar na questão do planejamento porque a execução orçamentária, em nossa opinião, sem a reflexão anterior do plano ela perde muito o sentido. Ela pode ser apenas um tesouramento para uma atitude pródiga, sem norte.

O plano é o que define o projeto de desenvolvimento, mas não apenas em geral. No nosso caso, ele define metas, objetivos para o país, associados a alguns macros desafios, que por sua vez está associado a alguma visão de futuro, o Projeto Nacional. Isso para nós é uma questão fundamental. É claro, que o orçamento, como vai ser a expressão do que foi entregue, foi efetivamente materializado em

termos físicos, desse conjunto maior. Mas há muito de metas e objetivos extremamente importantes para o país que não vão ser codificados assim, fisicamente. Então, primeiro, a gente demarca essa diferença. O nosso foco no PPA é o planejamento, é a visão estratégica do país e os compromissos assumidos pelo Plano Mais Brasil com a sociedade brasileira para esses quatro anos. O que ainda é uma agenda de curto prazo, ela ainda está amarrada pela ideia de que você só pode planejar dentro daquele circuito que tem previsão de arrecadar, mas já é um passo a diante.

Agora, a gente faz toda questão, em cooperação com os órgãos necessários para isso, nós temos condições também de prospectar, que é a declaração da execução orçamentária, propriamente dita, inclusive das agendas transversais, na medida em que for possível. Porque há também toda uma cultura dentro do governo, que não é uma cultura política, é uma questão administrativa, tradição administrativa, colocando assim, que você tem que pactuar muito para conseguir, e abrindo o governo para informações mais pormenorizadas, ainda mais quando a gente fala em medir o planejamento e naquilo que diz respeito a expressão do planejamento na execução orçamentária, baseado em efetividade de direitos, direitos sociais, os objetivos sociais da Constituição, os direitos consagrados na Constituição e da própria Declaração Universal de Direitos Humanos que é a referência que a gente está trabalhando. Mas, a gente vai fazer esse esforço.

Intra governo a gente está fazendo pela pactuação do monitoramento, principalmente com a SPM, com a SNJ e outros, construir um processo que fortaleça a possibilidade de prospectar essas informações e o mesmo esforço, a gente vai fazer com a sociedade civil. A gente queria falar isso. Tem essa diferença, mas a nosso foco é o plano, é a ideia de que o orçamento é uma parte do plano, ele tem que expressar o plano e o nosso compromisso de conseguir as melhores informações e a melhor formação também para que a sociedade civil consiga produzir informações que sejam capazes de incidir sobre a programação. E nisso também reside a diferença do monitoramento do que a sociedade civil vai fazer e do que o governo vai fazer.

Vão ter dois processos distintos. Tem uma pactuação que está correndo com os ministérios e com as secretarias, com os ministérios em geral, da programação geral, que são focos da nossa agenda e secretarias, no caso, a CNJ, para construir o monitoramento de outros elementos que necessariamente são as agendas transversais, como falou a Rosário, a depender da demanda dos Conselhos e do próprio órgão. A gente já está fazendo isso em outros casos, por exemplo, a gente vai incluir no monitoramento para a sociedade civil o PNDH3, que foi uma demanda do Conselho dos Direitos da Defesa da Pessoa e da Secretaria de Direitos Humanos. Então há possibilidade da gente incluir outras questões. Eu imaginava da gente incluir um debate do Plano Nacional de Política para as Mulheres. Quando a gente conversou com o Conselho de Promoção da Igualdade Racial e com a própria

“CER..”, os dois apresentaram demandas de questões à margem também. Então pode haver essa convergência do que monitorar, mas é um processo separado, que é participação da sociedade civil, o que é o processo do governo, que não significa que um esteja mais posicionado que o outro em matéria de informações. Em geral é isso. A gente separa essas duas questões, o nosso foco é o Plano. Eu passo aqui para Rosário complementar e para o Daniel.

Maria do Rosário (MPOG)

_ Complementando o que Leopoldo estava falando, e até respondendo a Lúcia, a gente tentar colocar as metas e as ações que estão no PMTM, que a gente recebeu ontem, dentro da agenda transversal para monitorar. Só que a gente tem que levar em consideração que o PMTM não foi feito apenas com base no PPA. A gente consegue visualizar várias metas que estão no PPA. Mas ali também tem coisas que foram resolvidas na resolução da Conferência. Aí, a gente vai ter que se debruçar e ver como conseguir monitorar aquelas metas. Como a SPM está fazendo articulações com os diversos ministérios, pode ser que a gente consiga fazer esse monitoramento. É o caso de sentar junto com o pessoal do comitê, eu faço parte do comitê, e tentar resolver isso com a SPM e ver qual seria a melhor solução. É possível, mas a gente tem que se debruçar, estudar, ver como que se pode fazer.

Daniel Avelino (Diretor Substituto da Participação Social da Presidência da República)

_ Só completando o que os colegas já falaram, tentando não repetir também, agregar algumas informações. Em relação a Vera, eu queria deixá-la bem tranquila, que nesse formato que a gente desenhou o Fórum Inter Conselhos, dá até para falar de uma Metodologia Inter Conselhos, que a gente já usou também para outras áreas, além do PPA, sempre se ressalta a importância da gente envolver os Conselhos, obviamente, porque são os órgãos representativos do governo no âmbito da representação social e porque são a matéria que afeta especificamente a Secretaria Geral da Presidência, mas a gente não esquecer também das entidades da sociedade civil e dos movimentos, independentes de terem ou não, assento nos Conselhos.

No primeiro Fórum, que a gente realizou em maio, além dos poucos menos de Conselhos e Comissões Nacionais que nós convidamos, chamamos mais de oitenta entidades da sociedade civil, entidades e movimentos que tivemos também uma alta taxa de adesão a esses convites, e eles fizeram parte do Fórum no mesmo nível de igualdade que os representantes de Conselho. Então, apesar do nome Inter Conselho, vai um pouco, além disso, e se torna realmente um Fórum de debates comuns à sociedade civil, predominando, obviamente, aquelas que têm representação nos Conselhos, mas com algumas outras que a gente considera que são importantes fazerem parte desse debate.

E a gente pretende manter esse espaço. Em relação a Lúcia, eu queria também resgatar com vocês que as agendas transversais que elaboradas pela equipe técnica do Ministério do Planejamento, foram apresentadas oficialmente pelo governo, no segundo Fórum Inter Conselho, que aconteceu em outubro do ano passado. Em geral a receptividade dessas agendas foi muito boa, mas um ponto que o Ministério do Planejamento e a Secretaria Geral da Presidência fizeram muita questão de frisar é de que elas eram um exercício, ou seja, elas não foram debatidas no segundo

Fórum Inter Conselhos, elas não foram deliberadas e também não foram aprovadas. Foi um exercício, uma primeira proposta para mostrar, atendendo uma demanda do primeiro Fórum Inter Conselhos, mostrar que era possível enxergar e identificar no PPA os temas e as pautas de agendas específicas, ainda que eles não estivessem reunidos em um único programa. Uma das reclamações que a gente recebeu, e bastante recorrente, no primeiro Fórum Inter Conselhos, foi de alguns grupos específicos da sociedade que não enxergaram no PPA as ações específicas para as suas demandas porque não tinham um programa específico para esse nome. E as agendas transversais foram um esforço, considero bem sucedido, de mostrar que independente de ter ou não um programa específico com aquele nome, era possível identificar no PPA onde cada pauta e cada tema estava reunido. Mas ressaltando o que os colegas, aqui já comentaram.

A agenda transversal é um instrumento para monitoramento, especificamente para monitoramento pela sociedade civil. Então, ela não pode ser definida pelo governo para a sociedade civil. É preciso que os agentes que vão realizar esse monitoramento tenham participação ativa, inclusive no desenho dessa agenda transversal. É isso que a gente quer resgatar e estimular vocês a fazerem, a se apropriarem dessas agendas transversais. No caso específico aqui, da agenda transversal de gênero, de promoção dos direitos da mulher e resignificarem, reinventarem, refazerem de acordo com aquilo que acharem ser o mais adequado como pauta de monitoramento. Alguns Conselhos, a gente já teve essa conversa no ano passado, no final dos fóruns com alguns outros Conselhos, e alguns já tomaram essa iniciativa.

Tem um caso que a gente cita muito como exemplo, que pouco antes do segundo Fórum Inter Conselhos. O Conselho Nacional de Economia Solidária, por exemplo, construiu a sua própria agenda transversal. Não estava incluído dentro daqueles temas que o Ministério do Planejamento colocou nas agendas transversais, mas eles acharam que era necessário que houvesse uma pauta específica, economia solidária, e apesar de ter programas que tratavam desse tema, eles enxergaram outros programas e eles mesmos, com apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária, construíram uma agenda própria e disseram: "Esse daqui é o nosso foco no PPA". São essas metas que a gente vai acompanhar. São esses objetivos que interessam para a gente, e debateram e seguiram no Conselho e conseguiram. Então é importante que a agenda transversal seja apropriada pelo Conselho, ou

melhor dizendo, seja apropriada pelos agentes do monitoramento e que desenhem e definam da maneira como acharem melhor. E, em relação a questão de Dorica, em relação a questão dos vetos, fizemos na Secretaria Geral da Presidência em parceria com outra do Ministério do Planejamento, que foi a Secretaria de Orçamento Federal, e também discutindo com alguns outros órgãos, tivemos uma discussão um pouco rápida com a SPM, nesse período, há um processo de debates, um processo de discussão de como essa participação, que a gente já tem aqui bem desenvolvida no Planejamento junto com a SPI, como ela poderia se estender também para os outros instrumentos orçamentários como a LDO e como LOA. A sociedade civil trouxe algumas propostas, a SOF, Secretaria de Orçamento Federal também trouxe algumas propostas e a gente tentou fazer algumas pactuações, e pelo que eu acompanhei desse processo, vai muito no sentido daquilo que você falou, da gente tentar estimular a transparência, estimular os planos orçamentários como instrumento de controle e tentar fazer com que a sociedade civil seja parte protagonista nesse processo.

Os vetos a LDO trouxeram um novo ponto de discussão para esse processo. A primeira vista parece que eles são contraditórios daquilo que havia sendo debatido nesses dois encontros. Mas se a gente fizer uma leitura um pouquinho mais cuidadosa, especificamente das razões de veto, ou seja, porque a presidência da república decidiu tirar aqueles Artigos da LDO, a gente vai ver que não tem questionamento do mérito deles. É uma questão de forma. O ponto colocado para que aqueles parágrafos fossem vetados é de que a LDO talvez não fosse o melhor lugar onde eles pudessem ser normatizados, estabelecidos como um texto legal. Então os vetos, na sua maior parte, foram motivados por questões de forma. O que isso significa na prática? Significa que aquilo que os vetos simbolizavam ou significavam, aquilo que eles defendiam não está proibido, pelo contrário, dá para a gente continuar o debate. Mais do que para continuar o debate.

Se a gente já iniciou o debate nesses dois momentos em julho e agosto, discutindo especificamente participação no orçamento, dá para resgatar esse mesmo tema na questão dos planos orçamentários, na questão dos planos que emergem de Conferências, como é o caso do Plano de Política para as Mulheres, e tentar fazer também boas pactuações em torno disso, inclusive pactuações naquele mesmo sentido do que tinha nos dispositivos vetados. É para isso que eu queria chamar a atenção de vocês, para a gente acabar não desperdiçando esse bom espaço de diálogo que se está construindo, por conta de um ponto que a gente não concorda, que poderia ser de outra maneira.

Os planos orçamentários vão continuar a ser feitos e dá para a gente pensar em como fazer uma boa ligação. Aí é uma questão de como, de como fazer uma boa ligação entre planos orçamentários, os planos de políticas, que emergem das Conferências, as resoluções das Conferências, e também as agendas transversais. Então, a gente tem esses três elementos. Como que se consegue estabelecer uma

relação entre eles? Como a gente consegue fazer com que um esteja representado no outro? Porque todos os três vão ser instrumento de monitoramento, vão ser objeto de monitoramento, melhor dizendo, a gente vai monitorar planos orçamentários, vai monitorar planos de políticas, como o caso do Plano de Política para Mulheres, e a gente vai monitorar as agendas transversais. Mas tem como a gente fazer isso de uma maneira mais otimizada?

Será que monitorando esses três, a gente não está tratando, em alguns casos, da mesma coisa? Será que não dá para a gente fazer um alinhamento melhor entre agenda transversal e resoluções da Conferência, direito de política e direito das mulheres, por exemplo? Será que não dá para fazer um alinhamento entre **Plano Orçamentário** e o **Plano Nacional de política para Mulheres**? É essa construção que ainda não está madura, isso daí é uma das razões do veto também, que a gente precisa fazer, e mais do que isso, estou colocando aqui para vocês com absoluta tranquilidade e honestidade, não dá para a gente fazer só no âmbito do governo. Não dá para a gente decidir: "Vai ser dessa forma". A gente precisa fazer isso de uma maneira muito pactuada.

Fica aqui o convite, mais do que o convite, o apelo para que a gente prossiga nessa discussão, prossiga nesse debate, e que vocês possam trazer para agentes da Secretaria Geral da Presidência, para agentes do Ministério do Planejamento, para agentes da Secretaria de Políticas para as Mulheres algumas orientações, alguma luz sobre como a gente pode fazer isso, de como se pode fazer o alinhamento, mas eu asseguro com absoluta tranquilidade, transparência, controle social e publicidade, tanto do planejamento, quanto do orçamento público, que são coisas que a gente não abre mão, de maneira nenhuma.

Gláucia Morelli (Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil)

_ Gláucia, presidente da Confederação das Mulheres do Brasil. Eu fico sempre bastante animada com esse chamado que a SPM, que o Ministério do Planejamento, que a Secretaria Geral da Presidência da República, nos faz para podermos acompanhar mais a execução daquilo que eu considero que não é gasto do governo, daquilo que considero que é investimento. Porque colocar as coisas nos programas pelos quais a população precisa tanto e a gente luta tanto, isso é investir no povo, é investir no país. Então, eu gostaria assim, de em um dia ver esse termo ser definitivamente invertido, não ser tratado como gasto, e sim como investimento. Essa é uma primeira questão que eu queria colocar. E a outra coisa, que eu queria perguntar, na verdade, porque já venho focando isso há algum tempo, aqui, no CNDM. Na época da ministra eu levantei essa questão. Que também eu gostaria de ver aquilo que os ministérios por vários motivos, que acho que não cabe aqui, aprofundar, não conseguem executar, não voltar-se para o tesouro e depois do tesouro fossem para pagamento de bancos, mas que voltassem para o próprio ministério pelo menos por mais um período orçamentário, ou dois períodos orçamentários ou que pudessem voltar para aquela ação e o ministério pudesse ter

mais um tempo para procurar outras parcerias, que não tivesse inadimplentes, por vários motivos, do que aquele dinheiro que foi batalhado tanto pelo próprio ministério, pelo próprio movimento, simplesmente voltar para o tesouro no final e depois ir para pagar banco. Por último, **eu queria perguntar o seguinte: existe alguma lei, fruto da época do neoliberalismo que rege esse tipo de mecanismo, do dinheiro voltar para o tesouro e não para o ministério?** Como é que nós poderíamos, em termos do Legislativo, e se existe essa possibilidade, trabalhar isso? O que obriga isso acontecer? Ou é só uma decisão governamental, que nós podemos com a nossa luta trabalhar para ajudar a mudar?

Sueli Batista (BPW Brasil)

_ Bom dia. Sou Sueli Batista, da BPW Brasil. Foi falada no final da colocação que a publicidade é coisa que não se abre mão. Eu fiquei um pouco preocupada da forma que está se tornando isso público. É como está a comunicação com os atores envolvidos na implementação dessas Políticas Públicas setoriais e que também envolve todo esse transversal e multissetorial. Pelo que foi falado, a gente encara que é grande esse desafio. Todo desafio numa construção em que você envolve governo e os atores sociais, realmente é muito grande, mas se percebe também, que falta a gente estar sabendo disso, tornar público de uma forma mais massificada, para traduzir isso para a sociedade. Essa é uma preocupação. De repente vocês estão ouvindo vários Conselhos, mas de repente, a pessoa que representa o Conselho pode chegar um pouco desinformada porque isso, essa comunicação não está vindo para a sociedade de uma forma bem transparente. Essa é a minha dúvida. Como está sendo feita essa comunicação com os atores envolvidos no processo?

Silvana Veríssimo (Fórum Nacional de Mulheres Negras)

_ Eu vou ser bem objetiva. Tenho só uma dúvida. Como esse monitoramento vai trazer execução física e financeira das ações voltadas para mulheres? Inclusive as ações universais?

Daniel Avelino (Diretor Substituto da Participação Social da Presidência da República)

_ Na verdade, existem vários. Só que como toda essa conexão, não necessariamente, existe de forma organizada, e esse é um debate, que no momento em que a gente está situado, exatamente sobre ele, é um momento bastante promissor, bem vigoroso, principalmente com essa iniciativa da Secretaria Geral e da Sala de Participação Social de construir o sistema de participação social porque pode ser que a gente tenha, no final disso, a construção difícil, complexa, mas a Presidenta já falou do Sistema Brasileiro de Participação Social, ou então quando ela incorpora no discurso dela, é sinal a coisa tem alguma chance, mas existe a possibilidade que a gente invista, talvez criar uma coisa mais conexa entre o que acontece no mundo do planejamento, no mundo das conferências, no mundo

das ouvidorias, etc. Agora, fatiadamente, a gente tem, e o melhor que eu sugiro para você de PPA, LDA, e da LOA, é o próprio espaço do "Siga Brasil". Se você acessar o senado, se você colocar "Siga Brasil", no Google, aparece, e não só explica o que é, numa linguagem tranquila, como ele mostra como é o processo, os prazos, os períodos, etc., da conta. Rosário, você tem outra sugestão?

Daniel Avelino (Diretor Substituto da Participação Social da Presidência da República)

Bom, agradecendo também a colaboração das críticas de vocês que é muito importante e também queria ressaltar que eu fico muito entusiasmado quando vejo, num espaço como este, aqui do Conselho de Direitos da Mulher, as discussões caminharem no mesmo sentido das discussões que a gente faz lá no Departamento de Participação Social, na Secretaria Geral da Presidência. Isso mostra para a gente que se está acertando porque isso, a vocalização de vocês é o maior critério de validade para a gente avaliar o que é certo e o que é errado. Eu fico muito feliz quando vejo, por exemplo, a fala de Vera, a fala de Lúcia, dizendo que a Comissão de Monitoramento da Conferência, a Comissão Planejamento e Orçamento e Comitê Técnico não podem mais atuar separados, têm que atuar juntos. Isso é bonito! Isso é o que a gente quer provocar, mostrar que Conferência, Planejamento e Orçamento são coisas que estão casadas, que não dá pra discutir um, sem discutir o outro. Então quero reforçar mais uma vez, essa satisfação com vocês. Nós da Secretaria Geral da Presidência temos uma ligação muito íntima com o funcionamento dos Conselhos.

Então podem nos chamar, podem nos requisitar para qualquer coisa. Nesse âmbito, por exemplo, de formação, a gente estava fazendo um debate, ainda ontem, sobre isso. A gente tem muita informação para trazer para vocês. Têm muitas ações acontecendo sobre formação e também sobre popularização do conhecimento. Aqui, um bom exemplo disso: uma das linhas dessa estratégia do monitoramento do PPA, como o Leopoldo bem colocou, está aqui previsto. Uma cartilha popular sobre PPA e sobre monitoramento. A gente já vai fazer um exercício nesse Fórum Inter Conselho, de novembro, de fazer um processo formativo de dois dias, antes do dia da deliberação para a gente também fazer essa troca da socialização de conhecimento, antes do processo decisório que vocês vão participar. E têm várias outras coisas acontecendo. Tem curso de formação de conselheiros, a ser lançado. Nós já conseguimos com a INAP a disponibilização de vagas para os conselheiros nos cursos de Educação à Distância. Essa é uma conversa que rende e tem coisas boas para a gente mostrar a esse respeito.

Mais uma vez, me coloco, a cartilha da SOF, do orçamento, o próprio trabalho que foi feito como "Siga Brasil". Um detalhe, nesse caso do "Siga Brasil", com participação protagonista da sociedade civil, inclusive para definir a metodologia de monitoramento que eles utilizaram. Tem que ser dado esse reconhecimento. Então, fico inteiramente à disposição de vocês para continuar esta conversa. Gostaria

muito de continuar esta conversa. Tem colegas da Secretaria Geral que podem vir para conversar sobre uns temas específicos, mas eu encerro, realmente reafirmando esse orgulho que a gente sente do Conselho de Direitos da Mulher e também do nível dos debates que estão sendo travados, aqui. Ministra, muito obrigado e parabéns!

Daniel Avelino (Diretor Substituto da Participação Social da Presidência da República)

_ Na verdade, para nós jovens, um bom aprendizado, realmente passar uma ou duas horas com vocês, vendo discutirem os desafios do país. Surgiram três conceitos, aqui na conversa, que é naturalização da gestão, lei de responsabilidade fiscal e gasto público, que em nossa opinião fazem parte de uma hegemonia construída em algumas décadas e que nós seguimos desafiados a desconstruí-las. Seguimos porque a gente começou a fazer isso em 2003, mas esse é um processo que tem que ser aprofundado principalmente nessa segunda virada. Esses dez anos delimitam um marco de um país que cresce distribuindo renda e há a possibilidade, a janela aberta para ele fazer mais do que isso, que é crescer, distribuir renda, efetivando direitos, universalizando os serviços públicos e construindo um autêntico estado de bem estar social, no Brasil, que não pode ser confundido com o capitalismo monopolista.

Há quem diga que na ditadura houve um equivalente, que foi na Europa. Por fim, eu queria chamar a atenção para essa questão do Plano. Mais importante do que local recursos e monitorar se eles estão saindo, ou não saindo, é assegurar que esses recursos, na hora de serem executados e na hora de sua locação, tenham como substrato a pergunta: **"Por que, e qual é o conteúdo da política que não tem esse recurso?"**. Esse é o caminho para a gente desconstruir a hegemonia neoliberal, no Brasil. Discutir apenas o orçamento pode nos colocar na armadilha do fiscalismo, do que dá para fazer e do custo do que vão fazer. No mais, quero agradecer de novo ao convite. Dizer que estamos às ordens, sempre, a secretária de Investimentos Estratégicos também está à disposição, não pode vir hoje por uma super convergência de outras agendas marcadas com mais antecedência do que esta reunião, mas também está às ordens e à disposição para contribuir e colaborar sempre que necessário. Obrigado.

Ministra Eleonora Menicucci de Oliveira (Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República)

_ Eu quero em nome do Conselho, em nome da SPM, agradecer a participação brilhante do Leopoldo e do Daniel, também agradeço da Graça, que eu pedi para

que ela comparecesse, participasse, aqui, e dizer que nós só temos a ganhar com isso, com esse diálogo, esse debate e reafirmar o nosso compromisso de contribuir para o fortalecimento dessa linha que estamos adotando. E de antemão, já ponho na agenda, só não sei a data, da próxima reunião do Conselho. Nós mandaremos a pauta que queremos que vocês venham falar. Eu agradeço demais e peço a Lúcia que os acompanhe para que eu dê continuidade ao Conselho. Muito obrigada.